



## ATA DE REUNIÃO

### 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas – CGSL

1 – **PERÍODO:** 9 e 10 de dezembro de 2004. (Pronta)

2 – **LOCAL:** IBAMA - Sede, Brasília-DF.

3 – **PROMOÇÃO:** DIFAP/IBAMA, coordenada pela CGREP/DIFAP, com a participação da DIPRO/IBAMA, Gerências Executivas do IBAMA dos Estados do Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, representante da SEAP-PR e do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores - CNP, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém - SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos estados do Pará e AMAPÁ - SINPPA e Instituto Terramar.

#### 4 - PARTICIPANTES:

Nome*	Instituição	Telefone	e-mail
Rômulo José Fernandes Barreto Mello	DIFAP/IBAMA	(61) 316-1650	romulo.mello@ibama.gov.br
José Dias Neto	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
Hiram Lopes Pereira	COPES/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1231	hiram.pereira@ibama.gov.br
Ugo Eichler Vercillo	COPES/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1231	ugo.vercillo@ibama.gov.br
Silvia Lucato	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	silvia.lucato@ibama.gov.br
Marco Vidal S. Pinto	CGFIS/DIPRO/IBAMA	(61) 3161280	Marco.pinto@ibama.gov.br
Simão Marrul	GGRP/CBIO/SBF/MMA	(61) 325-4186	simão.filho@mma.gov.br
Roberto Gallucci	GGRP/DCBIO/SBF/MMA	(61) 325-7966	roberto.gallucci@mma.gov.br
Francisco Machado	DICAP/SEAP	(61) 218-2900	chicomachado@agricultura.gov.br
Antonio J. G. Moreira	MD – Marinha	(61) 429-1091	<a href="mailto:ema11@brturbo.com.br">ema11@brturbo.com.br</a>
John Early	CNP	(83) 9963-2455 / 247-6105	<a href="mailto:johnearly@ig.com.br">johnearly@ig.com.br</a>
Rogéria A Cavalcante	CPP	(81) 3432-0879	<a href="mailto:ro_cav@hotmail.com">ro_cav@hotmail.com</a>
Raimundo F. Rocha	MONAPE	(91) 230-5551	
Eloy de Sousa Araújo	CONEPE/Armadores	(61) 328-8147 / (85)3264-1778	<a href="mailto:conepe@sagres.com.br">conepe@sagres.com.br</a>
Elisa Maria Graduohl Bezerra	CONEPE/Indústria	(61) 328-8147 / (85)3455-1800	<a href="mailto:elisa@inace.com.br">elisa@inace.com.br</a>
Pedro Alzires de Miranda	SINDIPESCA	(91) 207-0944 / 9617-2270	
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 227-2791 / 9119-6496	
Jefferson Souza da Silva	Instituto TERRAMAR	(85) 3226-2476 / 4154	jefferson@terramar.org.br
José Augusto Aragão	SEAP/CE	(85) 3455-9298	j_aragao@secrel.com.br
Ivanilson de Souza Maia	SEAP/RN	(84) 221-1741	ivanilson@agricultura.gov.br
Sebastião Saldanha	COREG/SEAP		sebastiaos@agricultura.gov.br
Jose Alberto de Lima Ribeiro	Grupo de Gestão da Lagosta CE	(85) 9927-1843	<a href="mailto:beto@terramar.org.br">beto@terramar.org.br</a>
Nilamon de O. Leite Junior	GEREX/ES/IBAMA	(27) 3222-1417	<a href="mailto:nilamon@tamar.org.br">nilamon@tamar.org.br</a>
Raimundo Braga	GEREX/CE/IBAMA	(85) 3227-9081	Raimundo.braga@ibama.gov.br
José Paulino Moraes	GEREX/AL/IBAMA	(82) 241-1600	paulino5000@bol.com.br

## 5 – ANTECEDENTES:

A reunião teve como objetivo instalar o Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas – CGSL e elaborar Cronograma de Trabalho.

O Senhor Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, Rômulo José Fernandes Barreto Mello, abriu a reunião agradecendo a participação de todos, em nome da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva e do Presidente do IBAMA, Marcus Barroso Barros, e ressaltou a importância da criação do CGSL, no contexto da gestão dos recursos pesqueiros do país, principalmente, por ser o 1º comitê criado no âmbito do MMA/IBAMA, com esse objetivo, servindo de base para outros recursos em depleção, como a sardinha e o pargo.

Completo, informando que a ideia da criação do Comitê de Gestão é, há muito tempo, uma demanda do setor, caracterizando o compromisso do setor com o meio ambiente e do governo com os usuários do recurso lagosta. O comitê foi instalado, aguardando a indicação de representante do MDIC, para assinatura de portaria pelo Presidente do IBAMA.

A palavra foi passada ao Coordenador da Coordenação - Geral de Gestão dos Recursos Pesqueiros – CGREP, José Dias Neto, coordenador da reunião, que, dando início aos trabalhos, apresentou a Portaria IBAMA nº 83 de 23 de setembro de 2004, que cria o CGSL e enfatizou que o uso de rede tipo caçoeira está proibido, a partir de 31 de dezembro de 2004, não havendo o que ser discutido quanto a este tema.

O Sr. Eloy, representante do CONEPE, reivindicou dois assentos para sua representação, conforme tinha sido no GTT de Lagosta anterior, ou seja, um assento para o segmento dos armadores e outro para o segmento industrial. Não foram feitos óbices quanto ao pleito, mas como a representação é paritária entre setor produtivo e governo foi definido que seria indicado um representante das Gerências Executivas para compor o Grupo, a ser definido pelos Gerentes, cabendo ao Sr. Raimundo Braga, Gerente Executivo do IBAMA no Estado do Ceará a responsabilidade de viabilizar a indicação.

O Sr. José Dias Neto continuou informando que não haveria problema na criação de mais duas cadeiras uma vez que o objetivo do grupo seria por tomar as decisões por consenso e que esse tipo de medida fortalece o Comitê e garante o peso político das medidas de gestão adotadas, evitando reivindicações quanto à validade e representatividade das medidas recomendadas por este fórum. Ponderou que, a *decisão deveria ser por consenso e que voto seria a última alternativa*.

Seguindo o proposto, foi aprovada a agenda da reunião, conforme disposto no Anexo A, com a ponderação do Sr. Francisco Machado, SEAP/PR, quanto a necessidade de haver um maior destaque à discussão sobre a unificação dos tamanhos mínimos da lagosta.

## 6 – SÍNTESE DOS RESULTADOS:

### ***- O papel do CGSL no processo de Gestão do Uso do Recurso Lagosta / Encaminhamentos para elaboração do Regimento Interno do CGSL.***

O Coordenador da CGREP apresentou a estrutura elaborada para o Comitê da Lagosta, composta por um sistema piramidal, no qual o ápice é formado pelo comitê nacional de gestão, assessorado por dois sub-comitês, um científico e um de cumprimento; tendo em sua base grupos de gestão estaduais, que deverão ser criados em todos os estados de ocorrência da lagosta.

Destacou, ainda, a importância desse sistema estar definido em instrumento legal, chancelado pela Ministra do Meio Ambiente, uma vez, que garante a continuidade do processo independente do gestor que estiver à frente do processo.

O CGSL é um comitê consultivo para subsidiar a tomada de decisão pelo Poder Executivo, daí a importância do consenso. O representante da SEAP, Francisco Machado, ressaltou a força do comitê, que teria um papel praticamente deliberativo, uma vez que o Poder Executivo não tomaria decisões em desacordo com o consenso atingido pelo grupo.

Ficou definido, então, que uma minuta de regimento seria elaborada e enviada a todos os componentes do Comitê para contribuições e complementação.

### ***- Composição dos Subcomitês Científico e de Cumprimento.***

O subcomitê científico deverá ser formado por pesquisadores de notório saber na área de pesca de lagosta, que subsidiará os comitês locais/regionais e o comitê nacional. O Sr. Francisco Machado, SEAP, frisou que o subcomitê

científico não deverá focar apenas as características biológicas da espécie, deverá considerar, também, os aspectos sociais e econômicos da pesca.

O Sr. Simão Marrul, MMA, ressalta que a gestão nunca foi exclusivamente científica, pois se assim o fosse muitas medidas já teriam sido tomadas. A implementação da gestão é um ato político, assim, os fatos sociais e econômicos serão sempre considerados. O Comitê é no entendimento da gestão, uma instância política e, a partir dos consensos criados, terá força suficiente para ver aprovadas as medidas recomendadas.

O Sr. José Dias Neto, resume: a composição do subcomitê científico será discutida posteriormente, mas enfatiza que deverá ser composto por cientistas de notório saber sobre as lagostas nas áreas, biológica, social e econômica, será secretariado pelo CEPENE e o coordenador será decidido pelos membros do subcomitê.

Lembra, ainda, que a CGREP será a Secretaria Executiva do Comitê Nacional, e da mesma forma, os subcomitês e os grupos de gestão estaduais deverão ter suas próprias secretarias executivas.

O Subcomitê de cumprimento foi descrito, inicialmente, pelo Coordenador da CGREP como sendo um subcomitê que teria o objetivo de avaliar a efetivação das medidas estabelecidas e sua eficácia e que fariam parte desse subcomitê aqueles que fazem cumprir as medidas: representantes dos estados, marinha, fiscalização estadual e DIPRO/IBAMA.

Entretanto o Ministério do Meio Ambiente e a SEAP, na pessoa dos senhores Simão Marrul e Francisco Machado, respectivamente, defendem que o comitê não deve avaliar a fiscalização. Deve ser um subcomitê pequeno, com dois representantes do governo e dois dos usuários, com o objetivo de verificar se os acordos feitos no âmbito do Comitê estão sendo cumpridos, inclusive, a legislação, no que foi acatado pela CGREP. *As propostas de normas definidas pelo Comitê, não são apenas para o Estado fazer cumprir, as partes deverão buscar atender ao acordado, dentro da sua classe ou setor. Não é somente a criação de um ato normativo. Nada mais justo cobrar das partes acordantes o que foi decidido em consenso, elas tem obrigação de internalizá-las. O subcomitê de cumprimento deverá avaliar os instrumentos e identificar as lacunas no processo de gestão permitindo, assim, detalhar as medidas de gestão.*

O Sr. Jefferson Souza da Silva, representante do Instituto Terramar, apresentou discordância quanto a necessidade de existência do subcomitê de cumprimento, uma vez que as atividades a serem executadas por esse subcomitê, deveriam estar a cargo da coordenação nacional, bem como deveriam ser estabelecidos mecanismos de avaliação e indicadores.

O representante da Marinha, Antônio J. G. Moreira, cita a Portaria de criação do CGSL "Art 8º - *O subcomitê de cumprimento .será responsável pelo monitoramento do cumprimento das normas e ações definidas sobre a Gestão do uso sustentável da lagosta a ser elaborado e implementado*", concluindo que não há o que discutir quanto ao papel desse subcomitê, pois ele já está institucionalizado pela Portaria e além disso corrobora com os demais quanto à importância do subcomitê de cumprimento devendo, inclusive, existir nos estados estruturas parecidas.

O representante do CONEPE, Eloy de Sousa Araújo, concorda com o Instituto Terramar, mas, conforme defendido pelo comandante da Marinha, não há o que ser discutido, apenas cumprir.

O Sr. José Dias Neto, encerra esse ponto de discussão, ponderando quanto à necessidade de existir um fórum específico para tratar um assunto tão importante, como a eficiência e eficácia do processo de gestão. Continuando, afirma que os comitês podem ter sua atividade prejudicada quando assumem muitas funções, o subcomitê de cumprimento, sendo externo à coordenação, terá melhor condição para alertá-lo para os problemas identificados.

Assim, o item 6 da pauta foi encerrado, com o compromisso de todos encaminharem sugestão de nomes para composição dos subcomitês, para aprovação na próxima reunião.

#### **- Relato dos estados sobre os trabalho dos Grupos de Gestão de Lagostas, já instituídos (CE, RN e ES).**

Os Senhores José Alberto, Ivanilson de Souza Maia e Nilamon de O. Leite Junior, representantes dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, relataram a problemática da gestão da lagosta em cada estado com destaque para a necessidade de ser devidamente cumprido o definido em lei, como a proibição do uso de compressor para a pesca de lagosta, o conflito entre os pescadores de peixes ornamentais com mergulho e a pesca da lagosta, censo da frota, captura de tartarugas marinhas (Anexo D), substituição da caçoeira e a necessidade do desenvolvimento de tecnologia para o uso de armadilhas no estado do Espírito Santo.

Os representantes do Instituto Terramar, MONAPE e CONEPE destacaram que medidas, como a proibição da caçoeira, causam a falta de credibilidade daqueles que defendem o uso sustentável dos recursos naturais, uma vez que até hoje não acabou a pesca de mergulho, e que a proibição da caçoeira já foi e voltou tantas vezes que nenhum pescador seguirá a lei.

O Sr. José Dias Neto esclareceu que a ação do comitê nacional não prescindirá, obrigatoriamente, a criação dos grupos de gestão estaduais. E, mesmo assim, haverá a indução por parte da DIFAP/IBAMA para que todos os estados tenham seus grupos constituídos. E reforça que *a legitimidade do processo é dada pela participação efetiva de todos*.

Continuando, o Coordenador da CGREP lembrou que a caçoeira está proibida e esse não é um ponto a ser discutido, e que *credibilidade não se consegue com “canetada”, deve ser estabelecido um cronograma de ação para implementar as medidas, não devemos ficar esperando algo ocorrer para dar um próximo passo, devemos realizar o processo juntos, buscando aprimorar a cada passo*. Ainda, sugeriu que a pesca de peixe ornamental com compressor seja trabalhada posteriormente, e destacou que o censo estrutural da frota deverá ser iniciado nas Regiões Sudeste e Sul e no Nordeste, será executado o levantamento de toda a frota.

#### **- Plano Nacional de Fiscalização da Pesca de Lagosta.**

O Coordenador de Fiscalização do IBAMA, Marcos Vidal, relatou que por falta de recursos não foi elaborado até o momento o plano nacional de fiscalização da pesca da lagosta, mas que o processo será realizado. E ressalta a necessidade do envolvimento, não só do Ibama, como dos demais organismos do poder e setor produtivo (para se adequar a presença de um organismo especializado não exclui a ação da polícia). *A agenda negativa não pode ficar a cargo exclusivo do IBAMA*. Completa destacando a necessidade de continuar o trabalho junto a SEAP/PR para conhecimento das frotas, e que serão realizados convênios com os demais órgãos governamentais de fiscalização para melhorar a atuação da fiscalização.

Informou, ainda, que visitou os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, oportunidade em que discutiu propostas para a fiscalização. O Coordenador da CGREP indagou, então, se o definido na reunião do Grupo de Gestão da Lagosta do Ceará, quanto a elaboração de um Plano Nacional de Fiscalização para a Pesca de Lagosta, tinha sido executado? A resposta foi negativa.

O grupo do Ceará apresentou, então, uma planilha de trabalho envolvendo a fiscalização e a educação ambiental, com metas e custos, ficando definido que a mesma seria encaminhada às Gerências Executivas dos estados envolvidos com a pesca da lagosta, solicitando ou sugerindo utilizá-la como base para suas propostas, as quais comporiam o Plano Nacional. O encaminhamento da planilha seria feito por meio de MEMO conjunto da DIFAP e DIPRO.

#### **- Ações empreendidas para substituição da rede tipo caçoeira por covos.**

O Sr. José Dias Neto, abre a discussão acordando com a SEAP que as ações para substituição da caçoeira são de competência conjunta IBAMA e SEAP/PR.

O Sr. José Augusto Aragão apresentou projeto de substituição da caçoeira no estado do Ceará, conforme ANEXO B, com destaque para ações de fiscalização, vincular o uso do seguro desemprego ao uso do manzuá e orientar o uso da madeira para confecção do manzuá.

Como encaminhamento deste item da agenda foi acordado que seja elaborado um plano de substituição da caçoeira, seguindo os moldes elaborados pelo grupo do Ceará, coordenado pela SEAP/PR com a participação e colaboração do IBAMA.

### **7 - DEFINIÇÃO DE CRONOGRAMA DE TRABALHO E ENCAMINHAMENTOS:**

O Sr. José Dias Neto apresentou proposta de Cronograma de Trabalho incluindo a elaboração do Plano Nacional de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta. A proposta foi discutida e acordada por consenso, ANEXO C.

Foram acordados, ainda os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Dois representantes do CONEPE ( Industrias e Armadores);
- ✓ Um representante das Gerências Executivas - a viabilização da indicação ficará sob responsabilidade do Senhor Raimundo Braga, da GEREX/CE/IBAMA.

### **8 – RECOMENDAÇÕES:**

Com base nas discussões ocorridas pode-se destacar as seguintes recomendações a serem contempladas em ações futuras submetidas a análise dos Subcomitês Científico e de Cumprimento:

- ✓ Substituição da Caçoeira por Covos:



- Aviso aos produtores e importadores de panos de redes do tipo caçoeira, que o uso do petrecho não será mais permitido;
- Aviso aos produtores de arame, que a demanda tende a crescer para a produção dos covos ou manzuás;
- Necessidade de elaborar plano de uso e manejo de marmeleiro para a confecção dos covos ou manzuás;
- Reunião com as agências financiadoras para atender de forma eficaz os pescadores;
- Levantamento de toda a frota; e
- Projeto visando estudar a reutilização da rede de caçoeira em águas interiores.
- ✓ Encaminhamento do relatório do TAMAR, sobre a captura de tartarugas por redes de espera do tipo caçoeira, no Nordeste;
- ✓ Programa de Educação Ambiental e Capacitação para os pescadores; e
- ✓ Discutir a relação número de embarcações permissionadas para o estado pelo potencial de captura do estado.

Finalizando, o Coordenador da CGREP agradeceu a presença dos participantes e evidenciou a necessidade do empenho de todos para a superação dos problemas.



IBAMA/MMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS  
REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS -  
CGSL

**Período:** 9 e 10 de dezembro de 2004.

**Local:** Brasília/DF – Ed. Sede do IBAMA

<b>Data</b>	<b>PROPOSTA DE AGENDA</b>
9/12/04	<ol style="list-style-type: none"><li>1 - Objetivo da reunião – Diretor da DIFAP.</li><li>2 - Apresentação dos componentes do Comitê Gestor.</li><li>3 - Aprovação da Agenda.</li><li>4 - O papel do CGSL no processo de Gestão do Uso do recurso Lagosta – CGREP.</li><li>5 – Encaminhamentos para elaboração do Regimento Interno do CGSL.</li><li>6 – Composição dos Subcomitês Científico e de Cumprimento.</li><li>7 - Relato dos estados sobre os trabalhos dos Grupos de Gestão do Uso de Lagostas, já instituídos.<ul style="list-style-type: none"><li>- Ceará</li><li>- Rio Grande do Norte</li><li>- Piauí</li></ul></li><li>8 - Andamento do Plano Nacional de Fiscalização da Pesca de Lagostas - DIPRO.</li><li>9 - Ações empreendidas para substituição da rede tipo caçoeira por covos – SEAP/PR e IBAMA.</li><li>10 - Discussão sobre os temas pendentes, a serem debatidos pelos Grupos de Gestão do Uso de Lagostas nos Estados:<ul style="list-style-type: none"><li>- Manter o número de embarcações permissionadas no nível atual (Portaria/MMA n.º 155/2001).</li><li>- Apreender os barcos não permissionados viabilizando estruturas para guarda de material apreendido.</li><li>- Desenvolver ações para implantar a Guia de Origem da Lagosta (GOL).</li><li>- Implantar como área piloto, uma unidade de conservação marinha de uso sustentável.</li></ul></li></ol>
10/12/04	<ul style="list-style-type: none"><li>- Implantar programa de realocação de mão-de-obra.</li><li>- Intensificar a fiscalização, da pesca de lagostas com o uso de compressor, rede de caçoeira, captura abaixo dos tamanhos mínimos permitidos e durante o defeso.</li><li>- Buscar o apoio das Gerências Executivas do IBAMA para o monitoramento e pesquisa.</li><li>- Unificar os tamanhos mínimos das lagostas.</li></ul> <ol style="list-style-type: none"><li>11 - Definição de Cronograma de Trabalho.</li><li>12 - Encaminhamentos para a próxima reunião do Comitê.</li><li>13 - Encerramento</li></ol>



**Presidência da República**  
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP/PR  
Escritório do Estado do Ceará  
Av. dos Expedicionários, 3442 – Benfica - CEP 60.410410 - Fortaleza – CE  
Fone/fax: 3455 9224 e-mail: pesca-ce@agricultura.gov.br

### Ações para Promover a Substituição da Caçoeira pelo Manzuá

#### 1 - Crédito

Existem créditos disponíveis para atender as demandas do setor pesqueiro através do PRONAF, gerido pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste, do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), gerido pelo Banco do Nordeste. Para divulgar estes programas e agilizar sua operacionalização serão realizadas reuniões em todas as Colônias de Pescadores, Associações e Sindicatos de produtores, conforme cronograma a apresentado a seguir. Durante estas reuniões serão ministradas palestras sobre os créditos propriamente ditos e os critérios e exigências para acesso aos mesmos, por técnicos do BB e do BNB, bem como palestras voltadas a promover a conscientização dos produtores quanto a importância da substituição da caçoeira pelo manzuá, para a sustentabilidade da pesca de lagosta.

Município	Colônia / Local	Data
Icapuí	Colônia Z – 17	17/01/05
Aracati	Colônia Z – 12	17/01/05
Fortim	Colônia Z – 21	18/01/05
Beberibe	Colônia Z – 11	18/01/05
Cascavel	Colônia Z – 10	19/01/05
	Colônia Z – 20	19/01/05
Aquiráz	Colônia Z – 09	19/01/05
Fortaleza	Colônia Z – 08	20/01/05
Caucaia	Colônia Z – 07	20/01/05
S.G. Amarante	Colônia Z – 06	21/01/05
Paracuru	Colônia Z – 05	21/01/05
Paraipaba	Colônia Z – 25	24/01/05
Trairi	Colônia Z – 04	24/01/05
Itapipoca	Colônia Z – 03	25/01/05
S.B. Amontada	Colônia Z – 18	25/01/05
Itarema	Colônia Z – 19	26/01/05
Acarau	Colônia Z – 02	26/01/05
Cruz	Colônia Z – 22	27/01/05
Camocim	Colônia Z – 01	27/01/05
Barroquina	Colônia Z – 23	28/01/05
Xaval	Colônia Z – 24	28/01/05

#### 2 - Fiscalização (em terra e no mar / Inteligência)

José Ribeiro / Gilberto



### 3 - Educação ambiental

Águeda / José Maria

### 4 – Cadastramento e Regularização de embarcações

Está em fase final de aprovação um projeto de cadastramento das embarcações a ser executado pelo Ibama com financiamento da SEAP. É preciso verificar se este trabalho atende às necessidades de se avaliar a situação da frota lagosteira com vista à regularização e licenciamento.

### 5 – Coordenação e Articulação

Cabe ao Comitê coordenar todas as atividades, bem como promover a articulação de outros segmentos envolvidos com a atividade de pesca de lagosta no sentido de serem implementadas providências complementares tais como:

- a) Solicitar ao SINE/IDT a vinculação do seguro desemprego durante o defeso à comprovação do pescador estar embarcado em um barco devidamente regularizado
- b) Solicitar aos fabricantes de pano para caçoeira a paralisação de sua fabricação
- c) Solicitar aos fabricantes de arame para manzuá que avaliem as necessidades do setor e compatibilizem com sua produção
- d) Solicitar ao Ibama que emita orientação quanto a retirada de madeira (marmeleiro) para a confecção de manzuás
- e) Negociar a forma de retirada e destino das caçoeiras em operação

#### Cronograma Físico Financeiro do Ordenamento da Pesca da Lagosta no Estado do Ceará em 2005

Atividades			Janeir a Abril		Maio a Dezembro		TOTAL	
	Uni.Med	Val.Unit.	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
<b>Fiscalização</b>								
Campanhas de fiscalização em TERRA	Viagem	912,80	24,0	21.907,20	32,0	29.209,60	56,0	51.116,80
Campanhas de fiscalização no MAR (barco Ibama)	Viagem	2.802,40	16,0	44.838,40	16,0	44.838,40	32,0	89.676,80
Fiscalização no mar com barco arrendado	Viagem	3.000,00	16,0	48.000,00	32,0	96.000,00	48,0	144.000,00
Arrendamento de barco	Viagem	2.200,00	16,0	35.200,00	32,0	70.400,00	48,0	105.600,00
Despesas operacionais	Viagem	580,00	16,0	9.280,00	32,0	18.560,00	48,0	27.840,00
Diárias								
Campanhas de fiscalização AÈREA	Viagem	2.500,00	4,0	10.000,00	4,0	10.000,00	8,0	20.000,00
<b>TOTAL</b>								<b>438.233,60</b>
<b>Educação ambiental</b>								
Campanha educativa nas comunidades	Campanha	11.920,00	1,0	11.920,00			1,0	11.920,00
Material educativo para divulgação		38.500,00	1,0	38.500,00			1,0	38.500,00
Oficinas comunitárias regionais (180 pescadores/oficina)		25.140,00	1,0	25.140,00			1,0	25.140,00





<b>TOTAL</b>								<b>75.560,00</b>
<b>Credito</b>								
Divulgação das linhas de credito	Viagem	750,00	2,0	1.500,00			2,0	<b>1.500,00</b>
<b>Projeto de apoio a 08 comunidades litorâneas</b>								<b>124.000,00</b>
<b>Medidas de coordenação e articulação</b>								
Acordo de cooperação fiscalização Brasil /EUA								
Contato com fornecedores de panagem de rede								
Contato com fornecedores de arame								
Vincular seguro desemprego ao uso do manzuá								
Orientar a retirada de madeira para manzuá								
Limitar o crédito aos barcos de manzuá								
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>639.293,60</b>

**ANEXO C - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO CGSL**

	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>	<b>Obs</b>
META FINAL	Plano Nacional de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta	DIFAP	Elaborado em 2005 e submetido ao CGSL Apreciação na 3ª Reunião CGSL	Deve agregar as propostas emergenciais listadas aqui, com ações de curto, médio e longo prazo.
	Elaboração de Proposta de Regimento Interno	DIFAP-IBAMA	Até 31.12.04 Os membros deverão retornar até 30.01.05	Aprovação na 2ª. Reunião CGSL
	Proposição de Nomes Sub-Comitês Científico e de Cumprimento (componentes do CGSL)	Todos	Até 30.01.05	Aprovação na 2ª. Reunião CGSL
	2ª. Reunião do CGSL	DIFAP-IBAMA	entre 22 e 23.02.05	
	1ª. Reunião do Comitê Científico	CEPENE-IBAMA	Até 30.05.05	
	1ª. Reunião do Comitê de Cumprimento	DIFAP-IBAMA	Até 30.05.05	
	3ª. Reunião do CGSL	DIFAP-IBAMA	A ser definida na 2ª. Reunião CGSL	
	- Ações de estímulo ao uso de petrechos permitidos	Nacional – SEAP-PR e IBAMA Estadual - Representação SEAP-PR e GEREX-IBAMA	Apresentação na 2ª. Reunião CGSL	Os parceiros serão identificados na estruturação das ações
	Ação-Plano Nacional de Fiscalização	Nacional – DIPRO-IBAMA, com a colaboração da DIFAP-IBAMA Estadual – GEREX-IBAMA (do AP ao ES)	Até 31.12.04	DIPRO usar como modelo a proposta CE, encaminhar às Gerex envolvidas (MEMO CIRC DIPRO e DIFAP)
	Definir o esforço suportável para o recurso lagosta, no estado atual (número de embarcações)	Nacional – DIFAP-IBAMA Estadual – GEREX-IBAMA	Discussão Estadual – Discussão Nacional – 3ª. Reunião CGSL	Tratar em conjunto.  A reunião nos estados aconteceria após a reunião do comitê científico (com base nas informações técnico-científicas atualizadas)
	Controle e monitoramento da frota	IBAMA(DIFAP e DIPRO), SEAP-PR	Proposta para 3ª.Reunião CGSL	Após definição de tamanho de frota
	Elaborar e Implantar programa de realocação de mão-de-obra	SEAP-PR	Discussão Nacional – 3ª. Reunião CGSL	
	Guia de Origem da Lagosta (GOL)	Nacional – DIFAP-IBAMA Estadual – GEREX-IBAMA	Discussão Estadual – Até 30.06.05	
	Capacitação dos órgãos parceiros para fiscalização	DIPRO-IBAMA	Elaboração de Proposta – Até 30.04.05	Levantamento de demandas junto aos órgãos parceiros
	Treinamento e informação de usuários do recurso lagosta	SEAP, IBAMA (DIFAP e GEREX), MTE	Elaboração de Proposta – Até 31.07.05	Deve ser promovido durante os defesos em articulação com o seguro-defeso
	Unificar os tamanhos mínimos das lagostas	DIFAP, DIPRO e GEREX-IBAMA	Discussão na DIPRO-CGFIS (fiscalização) e Discussão Estadual - Até 2ª. Reunião CGSL	
	Implantar como área piloto, uma unidade de conservação marinha do uso sustentável	DIFAP e GEREX-IBAMA, CNPT e DIREC	Discussão nos grupos estaduais. Encaminhar proposta até a 4ª. Reunião CGSL	Discussão no Sub-comitê científico e de cumprimento
	Captura de peixes ornamentais com mergulho	DIFAP e GEREX-IBAMA	Discussão nos grupos estaduais. Encaminhar proposta até a 4ª. Reunião CGSL	Discussão no Sub-comitê científico e de cumprimento
	Fortalecer e cobrar as Gerex-IBAMA objetivando melhor monitoramento e pesquisa	DIFAP-IBAMA		Ação permanente



## RESUMO DE SITUAÇÃO DE INTERAÇÃO REDES DE CAÇOEIRA E TARTARUGAS.MARINHAS NO LITORAL OESTE DO ESTADO DO Ceará.

Por: Eduardo Moreira Lima, Engenheiro de Pesca  
Projeto TAMAR-IBAMA/Ceará

### Justificativa

A situação atual da pesca da lagosta no estado do Ceará encontra-se de forma desordenada e caminhando para o caos pesqueiro. Os dados oficiais sobre a frota lagosteira em operação, em todo o estado do Ceará, no ano de 2002 mostram um total de 4.303 embarcações, assim distribuídas por petrecho de pesca: caçoeira – 2932, armadilha – 714 (manzuá – 323, cangalha – 391), mergulho – 657 (com compressor – 459 e mergulho livre – 198) (CEPENE, 2002).

Estima-se que existam cerca de 1.500 embarcações clandestinas atuantes nesta pescaria e os responsáveis pelo controle desta não as monitoram ou avaliam o comportamento desta a contento quanto às áreas, profundidades, embarcações atuantes bem como espécies capturadas, entre outros fatores relevantes para o perfeito entendimento e formulação de leis que regem e regulamentam a pesca da lagosta no nordeste brasileiro (LIMA, 2004).

Através de relatos informais o Projeto TAMAR – IBAMA tem tomado conhecimento da existência de capturas incidentais de tartarugas marinhas em redes de espera para lagosta. Entretanto ao longo dos últimos anos com o aumento do uso deste artefato às denúncias tem aumentado e conseqüentemente se tornado preocupante principalmente pela sua constância o que pode prejudicar em médio prazo, qualquer processo voltado para a conservação destes animais necessitando uma reavaliação desta pesca e uma reflexão mais aprofundada no assunto.

A costa nordestina é local de desova de cinco, das sete espécies de tartarugas marinhas existentes no mundo (MARCOVALDI & MARCOVALDI, 1987). Elas podem ser encontradas ao longo de toda a costa brasileira, contudo, existem áreas chaves onde populações estão concentradas formando sítios de desova e alimentação (MARCOVALDI, 1991; MARCOVALDI & MARCOVALDI, 1999, MARCOVALDI *et al.*, 2001). Deste modo tornam-se animais passíveis de interagirem com os muitos tipos de pescarias empregadas na pesca artesanal no litoral do Ceará incluindo-se as redes de espera para lagostas ou caçoeira.

A interação tartarugas marinhas X redes de caçoeira vem trazendo muitos prejuízos para as populações destes quelônios marinhos. A intensificação da pesca através do uso de rede torna as tartarugas extremamente suscetíveis ao aprisionamento e morte. Essa interação é prejudicial não só para estes animais, como também para o próprio setor pesqueiro já que a sua captura gera prejuízos em função das avarias no petrecho, queda na produtividade em relação às espécies – alvo e atraso na faina de bordo (SALES *et al.*; 2004).

Assim, buscamos durante a campanha de conservação de tartarugas.marinhas em Almofala e circunvizinhanças durante o ano de 2004 buscar informações mais concretas sobre a sua incidência na pesca da lagosta no litoral do município de Itarema. A proposta estava voltada para a coleta de informações que nos fornecesse respostas para os seguintes questionamentos:

1. Qual o índice de captura incidental de tartarugas marinhas em redes de espera para lagostas?
2. Quais as espécies atingidas por esta pescaria?



3. Quais as áreas e profundidades onde ocorrem os maiores índices de captura?

### Resultados Preliminares Obtidos

No período compreendido de julho a outubro de 2004 foram contatados para as entrevistas 87% (n= 180) do universo de pescadores da localidade de Almofala, 53% (n= 345) dos pescadores de Torrões e 52% (n= 135) do Porto dos Barcos, município de Itarema – CE.

No processo de entrevistas determinou-se que as embarcações motorizadas que partem do Porto de Torrões costumam pescar em uma área que abrange de Paracuru a Camocim. As embarcações a motor que saem do Porto dos Barcos abrangem a área de Paracuru a Luís Corrêa, no estado do Piauí.

As embarcações à vela utilizam redes de monofilamento e estas segundo relatos, não capturaram tartarugas marinhas pelo fato desta rede ficar perpendicular ao substrato, não havendo formação de bolsões. Nas redes de multifilamento obteve-se a captura de 57 tartarugas, este índice deve estar relacionado com a maneira paralela como esta rede fica disposta no substrato, formando assim bolsões, o que favorece o emalhe das tartarugas.

Analisando os questionários aplicados em pescadores das lanchas de pequeno porte foi observado que estas embarcações pescam em profundidades que variam de 15 a 60 metros sendo relatadas 11 capturas de tartarugas marinhas. Ressalta-se que segundo relatos estes animais foram capturados em profundidades de 15 a 40 metros. Deste total de capturas, 9 tartarugas estavam emalhadas nas redes das embarcações do Porto dos Barcos e 2 nos barcos do Porto de Torrões.

Quando analisadas as entrevistas dos pescadores que utilizam lanchas de médio porte percebeu-se que o número de embarcações desta categoria no Porto de Torrões é mais elevado (n= 66) do que no Porto dos Barcos (n= 8). Apesar deste número bastante diferenciado, a quantidade de tartarugas marinhas capturadas por estas embarcações foi praticamente a mesma, sendo registradas 19 capturas de tartarugas pelas lanchas do Porto de Torrões e 16 ocorrências no Porto dos Barcos.

As lanchas de grande porte costumam pescar em profundidades que variam de 30 a 150 metros lançando suas redes em áreas muito profundas onde a avistagem de tartarugas marinhas não é muito comum. Contudo estas embarcações esporadicamente lançam suas redes em áreas rasas onde foi verificada a ocorrência de 11 tartarugas emalhadas sendo, 6 indivíduos nas embarcações do Porto de Torrões e 5 na do Porto dos Barcos. O Porto dos Barcos possui 9 embarcações desta categoria, enquanto que Torrões encontram-se 8.

Questionados sobre a provável causa da captura os pescadores entrevistados mencionaram a profundidade e a área onde as redes são colocadas como principais fatores de capturas incidentais.

Nos dados referentes à captura de tartarugas pela categoria da embarcação verificou-se que as lanchas de médio porte foram as que mais capturaram tartarugas marinhas, isto provavelmente está relacionado com a profundidade em que estas embarcações atuam. Estas pescam em áreas de transição entre 20 e 60 metros, podendo ser encontrados tanto indivíduos juvenis como sub-adultos.



Analisando os dados coletados percebe-se que o número de capturas acidentais destes animais é mais elevado na área em que abrange Paracuru a Luís Corrêa no Piauí, onde as embarcações do Porto dos Barcos atuam

#### Conclusões preliminares

1. Foram capturadas por redes de caçoeira três espécies de tartarugas marinhas (*Chelonia mydas*, *Eretmochelys imbricata* e *Caretta caretta*);
2. As tartarugas marinhas incidentalmente capturadas eram animais juvenis ou sub-adultos;
3. Das três categorias de embarcações motorizadas as que mais capturaram tartarugas marinhas foram as Lanchas de Médio porte;
4. A área em que as embarcações atuam é fator importante e determinante na captura de tartarugas marinhas;
5. Foi verificado que a profundidade em que as embarcações pescam está relacionado diretamente com a captura destes quelônios;
- 5 Dos dados obtidos foram calculadas as CPUEs para as seguintes categorias de embarcações:
  - Lanchas de Pequeno porte: 0,18 tartarugas / fila de rede
  - Lanchas de Médio porte: 0,34 tartarugas / fila de rede
  - Lanchas de Grande porte: 0,07 tartarugas / fila de rede